



PREFEITURA
DE NITERÓI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO – SEPLAG

PROVA OBJETIVA – TARDE

AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO (CGM)

CONTROLE INTERNO

PROVA TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;
- Cada questão discursiva deverá ser respondida em até **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e para o preenchimento da folha de textos definitivos;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da(s) folha(s) de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na(s) folha(s) de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas ou em sua(s) folha(s) de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da(s) sua(s) folha(s) de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas ou folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na(s) folha(s) de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa Prova!**

MÓDULO I

LÍNGUA PORTUGUESA

1

Analise a tira a seguir.



Sobre a tira, assinale a afirmativa correta.

- (A) A cena mostra a desistência de lutar em função dos perigos.
- (B) As flechas representam os “tempos difíceis” a que se refere a fala de um dos personagens.
- (C) A cena mostra a fuga de uma situação difícil.
- (D) A fala do personagem critica a ação dos inimigos.
- (E) A fala do personagem justifica a ação de derrubada da porta de um provável castelo.

2

Assinale a opção que apresenta o segmento narrativo que mostra uma situação de *suspense*.

- (A) A cena final do filme mostrou o menino desamparado, abandonado pelos pais, que foram arrastados pela correnteza.
- (B) O carro aproximou-se da entrada da garagem do prédio e, ao saltar para abrir a porta, o motorista foi assaltado por dois homens.
- (C) O passageiro procurava os óculos em seus bolsos e não os encontrou, mas ao levantar-se do banco, notou os óculos quebrados no assento.
- (D) Ele entrou rapidamente no Banco e dirigiu-se ao caixa mais próximo, sem notar que havia uma fila de espera. Os outros clientes reclamaram de imediato e ele teve que entrar no final da fila.
- (E) Sacudiu o embrulho para ver se adivinhava o conteúdo, mas estava difícil: os ruídos eram baixos, como se algo estivesse acolchoado; tentou mais uma vez e nada! Desistiu e achou melhor esperar a irmã que abriria o pacote.

3

Nas frases a seguir, os termos em destaque foram substituídos para evitar-se a repetição de palavras.

Assinale a opção em que essa substituição foi feita por um hiperônimo (vocábulo de conteúdo geral).

- (A) O livro que li é da autoria de Machado de Assis.
- (B) Meu primo comprou a motocicleta na semana passada e já bateu com ela.
- (C) A escultura fica logo à entrada da exposição, mas a obra não chama muito a atenção.
- (D) A polícia não tem pista dos ladrões, mas pretende prender os gatunos em pouco tempo.
- (E) Eu escrevi o discurso em menos de uma hora, mas estudei anos para fazê-lo nesse tempo curto.

4

Leia o trecho a seguir.

Estêvão murmurou algumas palavras, a que tentou dar um ar de gracejo, mas que eram fúnebres como um cipreste. Luís viu-lhe então, à luz das estearinas, alguma vermelhidão nos olhos, e adivinhou, — não era difícil, — que houvesse chorado. Pobre rapaz! suspirou ele mentalmente. Dali foram os dois para o quarto, que era uma vasta sala, com três camas, cadeiras de todos os feitios, duas estantes com livros e uma secretária, — vindo a ser ao mesmo tempo, alcova e gabinete de estudo. O chá subiu daí a pouco.

Machado de Assis. *A Mão e a Luva*.

Uma narrativa se apoia em evolução cronológica, com uma série de elementos linguísticos que participam desse processo. Entre esses elementos, os conectivos temporais são muito importantes, como no seguinte exemplo:

- (A) “a que tentou dar um ar de gracejo,”
- (B) “mas que eram fúnebres como um cipreste.”
- (C) “Luís viu-lhe então, à luz das estearinas, alguma vermelhidão nos olhos,”
- (D) “Dali foram os dois para o quarto,”
- (E) “vindo a ser ao mesmo tempo, alcova e gabinete de estudo.”

5

Assinale a opção que exemplifica a junção de um modo textual narrativo com um texto publicitário.

- (A) Faça como todos os executivos americanos: use canetas Tintex.
- (B) Se você pretende destacar-se em seu trabalho, faça como todos os homens de sucesso: vista Classex.
- (C) Assim que entrou na festa, o rapaz pôde verificar o sucesso produzido pelas camisas Flexa. Sucesso imediato!
- (D) Uma bonita boneca de porcelana, com movimento na cabeça, nos braços e nas pernas. Sucesso obrigatório entre as meninas. Compre Plumex!
- (E) O automóvel é forrado de couro marrom escuro, com o teto um pouco mais claro; os vidros das janelas são blindados. Essa é a segurança trazida pelos automóveis da Rodex!

6

Junte as duas frases a seguir com o auxílio de um pronome relativo.

1. Li o novo romance de Ariano Suassuna.
2. Comprei o novo romance de Ariano Suassuna na livraria do *shopping*.

Assinale a opção que apresenta a forma adequada.

- (A) Li o novo romance de Ariano Suassuna, que comprei na livraria do *shopping*.
- (B) Li o novo romance de Ariano Suassuna, cujo comprei na livraria do *shopping*.
- (C) Na livraria do *shopping* onde comprei o novo romance de Ariano Suassuna, eu o li.
- (D) Li o novo romance de Ariano Suassuna, onde o comprei na livraria do *shopping*.
- (E) Li o novo romance, comprado na livraria do *shopping*, a qual é de Ariano Suassuna.

7

Assinale a frase em que o termo sublinhado foi convenientemente substituído por uma só palavra, formada com a ajuda de um prefixo.

- (A) Após a discussão na palestra, decido fazer análise de mim mesmo. / autoanálise.
 (B) A múmia, descoberta há pouco tempo, deve causar furor entre os arqueólogos. / pós-descoberta.
 (C) O Partido Socialista fez uma declaração a favor do Parlamentarismo. / pré-Parlamentarismo.
 (D) O Santos foi campeão três vezes nos últimos dez anos. / tetracampeão.
 (E) O deputado carregava uma faixa contra o projeto. / antiprojeto.

8

Assinale a opção que mostra a frase em que ocorre uma repetição desnecessária.

- (A) A armadilha foi montada para o criminoso.
 (B) Cada candidato, individualmente, deve votar em voz alta.
 (C) A equipe estava reunida ao redor do treinador.
 (D) O navio ficou atracado no cais por cinco dias.
 (E) Meu carro ficou estacionado diante de minha casa.

9

Assinale a opção em que a proposta de substituição do termo sublinhado por um verbo de valor equivalente foi feita de forma adequada.

- (A) O vento fez renascer o fogo. / reacendeu.
 (B) A freada do veículo a fez cair. / desmoronar.
 (C) Dedicar-se integralmente ao trabalho. / Prender-se.
 (D) Pagar totalmente as prestações do carro. / Renovar.
 (E) Os lobos queriam destruir completamente a propriedade. / afundar.

10

Todas as frases abaixo foram reescritas de modo a retirar-se a palavra "porque", mantendo-se o sentido original.

Assinale a opção em que essa operação foi feita de forma **inadequada**.

- (A) Emprestei-lhe o carro porque confiava nele. / Emprestei-lhe o carro em confiança.
 (B) O aluno foi expulso porque os pais o exigiram. / O aluno foi expulso por exigência dos pais.
 (C) Porque não enxergava direito procurou um oculista. / Procurou um oculista, logo não enxergava direito.
 (D) Fui aprovado porque muitas pessoas me incentivaram. / Fui aprovado graças ao incentivo de muitas pessoas.
 (E) O funcionário entrou com um guarda-chuva porque estava chovendo muito. / O funcionário entrou com um guarda-chuva por estar chovendo muito.

11

As frases a seguir mostram uma expressão de tom negativo. Tais expressões foram atenuadas com o emprego de negações.

Assinale a opção em que essa forma de atenuação está semanticamente **inadequada**.

- (A) Parece-me que esse cachorro te odeia. / não gosta de você.
 (B) Proibiram-nos sair da cadeia. / não entrar na cadeia.
 (C) Parece-me que a vítima vai morrer brevemente. / não vai viver por muito tempo.
 (D) A cama do hotel era desconfortável. / não dava conforto suficiente.
 (E) A feijoada está azeda. / não está fresca.

12

A preposição por apresenta diferentes *valores semânticos*.

Assinale a frase em que o valor semântico dessa preposição está corretamente indicado.

- (A) Daria todas as minhas posses por uma fração de tempo. / em troca de.
 (B) A História é escrita por pessoas imparciais. / em nome de.
 (C) Deixe que os outros elogiem os tempos antigos; estou muito feliz por ter nascido agora. / condição.
 (D) O show foi cancelado quando por umas cinquenta pessoas já estavam no estádio. / em relação a.
 (E) A realização do comício está por uma autorização do secretário municipal. / ao lado de.

13

Assinale a opção em que a preposição sublinhada tem *valor nocional*, ou seja, **não** é exigida por nenhum termo anterior.

- (A) O homem honrado representa seu papel o melhor possível, sem se preocupar com a galeria.
 (B) Homens há que fogem de alguns trabalhos, mas caem em outros maiores.
 (C) Mas homens são homens. E o melhor deles esquece-se, às vezes, de que é humano.
 (D) Os relógios de ouro são mais valiosos, mesmo quando estão escangalhados.
 (E) A necessidade de dinheiro faz com que pessoas se sacrifiquem.

14

As frases a seguir mostram uma forma sublinhada, composta de *não + verbo*.

Substituindo essa forma por um só verbo, de sentido equivalente, assinale a opção **inadequada**.

- (A) As nações europeias pediram que o exército russo não avançasse em seus propósitos. / recuasse.
 (B) O autor declarou que não dispunha de tempo para escrever os demais capítulos da novela. / carecia.
 (C) Não aceitou a oferta pelo carro, por considerá-la baixa. / recusou.
 (D) Não abriu a sua casa para evitar a curiosidade do público. / fechou.
 (E) Por sua idade avançada, preferia não gastar dinheiro. / economizar.

LÍNGUA INGLESA

Text I

Embarking on the ESG journey

Efforts to mitigate the accelerating effects of climate change and address perceived historical social inequities are two powerful issues driving change globally. These movements have enhanced awareness of how all organizations impact, influence, and interact with society and the environment.

They also have spurred organizations to better recognize and manage ESG risks (i.e., risks associated with how organizations operate in respect to their impact on the world around them). This broad risk category includes areas that are dynamic and often driven by factors that can be difficult to measure objectively, such as inclusion, ethical behavior, corporate culture, and embracing sustainability across the organization.

Still, there is growing urgency for organizations to understand and manage ESG risks, particularly as investors and regulators focus on organizations producing high-quality reporting on sustainability efforts. What's more, that pressure is being reflected increasingly in executive performance as more organizations tie incentive compensation metrics to ESG goals.

Additional risk areas associated with ESG are varied and can include reliance on third-party data, potential reputational damage from faulty reporting, and the real possibility that an organization's explicit commitments to meet specific sustainability goals could grow into a material weakness.

As ESG reporting becomes increasingly common, it should be treated with the same care as financial reporting. Organizations need to recognize that ESG reporting must be built on a strategically crafted system of internal controls and accurately reflect how an organization's ESG efforts relate to each other, the organization's finances, and value creation. [...] Seeking out objective assurance on all ESG-related risk management processes from a qualified, independent, and properly resourced internal audit function should be part of any ESG strategy.

Adapted from: <https://www.theiia.org/globalassets/documents/communications/2021/june/white-paper-internal-audits-role-in-esg-reporting.pdf>

15

Based on Text I, mark the statements below as true (T) or false (F).

- () Social inequalities have prevented endeavors toward change in ESG.
- () The standards for ESG reporting should be less rigid than those for financial reporting.
- () Proper internal auditing requires precise ESG reporting.

The statements are, respectively,

- (A) T – F – T.
- (B) F – F – T.
- (C) F – T – T.
- (D) T – F – F.
- (E) T – T – F.

16

The phrasal verb that may replace “mitigate” in “Efforts to mitigate” (1st paragraph), without significant change in meaning, is

- (A) play down.
- (B) play along.
- (C) play back.
- (D) play out.
- (E) play off.

17

The word “address” in “address perceived historical social inequities” (1st paragraph) is a(n)

- (A) preposition.
- (B) adverb.
- (C) article.
- (D) noun.
- (E) verb.

18

When the text informs that the efforts have “spurred organizations” (2nd paragraph), this means that the organizations have been

- (A) threatened.
- (B) prompted.
- (C) hindered.
- (D) thwarted.
- (E) curbed.

19

The opposite of the adjective in “faulty reporting” (4th paragraph) is

- (A) frail.
- (B) fickle.
- (C) flimsy.
- (D) fallible.
- (E) flawless.

20

The text concludes with a

- (A) protest.
- (B) warning.
- (C) complaint.
- (D) suggestion.
- (E) admonishment.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

21

Uma empresa de engenharia alugou certa quantidade de ônibus para transportar 600 operários para uma nova obra. Todos os ônibus alugados tinham 42 lugares.

Assinale a opção que indica o número mínimo de ônibus que a empresa deve ter contratado para transportar todos os operários.

- (A) 11.
- (B) 12.
- (C) 13.
- (D) 14.
- (E) 15.

22

Certo dia, Tiago entrou na empresa onde trabalha às 8h42min e saiu às 17h. Após o meio-dia ele teve um intervalo para o almoço que durou 50min.

No dia seguinte, observando os registros de entradas e saídas, ele percebeu que, no dia anterior, o período de tempo em que trabalhou antes do almoço foi exatamente o mesmo em que trabalhou depois do almoço.

Nesse dia, Tiago saiu para almoçar às

- (A) 12h20.
- (B) 12h22.
- (C) 12h24.
- (D) 12h26.
- (E) 12h28.

23

No plano cartesiano um objeto móvel parte da origem (0, 0) e faz três movimentos sucessivos: 1 unidade para a direita, 3 para cima e 4 para a direita.

A partir desse ponto, ele faz novamente os mesmos movimentos feitos antes: 1 unidade para a direita, 3 para cima e 4 para a direita repetindo o processo da mesma forma, indefinidamente. Após percorrer um total de 155 unidades, o objeto móvel passou pelo ponto P do percurso.

O ponto P é

- (A) (95, 57).
- (B) (95, 60).
- (C) (96, 59).
- (D) (96, 60).
- (E) (97, 53).

24

Em uma urna, há cartões azuis e cartões vermelhos. Do total de cartões, $\frac{3}{8}$ são vermelhos e o resto é azul. Além disso, $\frac{1}{5}$ dos cartões são triangulares e os demais são de outro formato.

A fração de cartões vermelhos que são triangulares é o dobro da fração de cartões azuis que são triangulares.

A fração de cartões vermelhos que são triangulares é

- (A) $\frac{3}{40}$.
- (B) $\frac{4}{15}$.
- (C) $\frac{16}{55}$.
- (D) $\frac{24}{35}$.
- (E) $\frac{8}{45}$.

25

João teve um ataque de soluços. O primeiro soluço de João ocorreu às 13h20min e João tem um soluço a cada 8 segundos.

O 2024º soluço que João teve ocorreu exatamente às

- (A) 17h49min44s.
- (B) 17h24min38s.
- (C) 16h54min36s.
- (D) 16h32min12s.
- (E) 16h20min30s.

LEGISLAÇÃO**26**

Maria, ocupante de cargo efetivo de Auditor Municipal de Controle Interno (AMCI), da Controladoria Geral do Município de Niterói – CGM, atualmente ocupa o cargo de Secretária Municipal.

De acordo com o Código de Ética Municipal de Niterói (Decreto Municipal nº 14.293/2022), na qualidade de Secretária Municipal, Maria é considerada integrante da

- (A) Administração Superior e lhe é permitido, por ser agente político, apresentar como de sua autoria ideias ou trabalhos de outrem, desde que se trate de servidor sujeito a seu poder hierárquico.
- (B) Alta Administração e lhe compete contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões éticos da Administração Pública municipal, a partir do exemplo dado pelas autoridades de nível hierárquico superior.
- (C) Administração Intermediária e lhe é permitido, por ser agente político, promover campanha política no ambiente de trabalho, valendo-se do aparato público, incluindo bens, materiais e pessoal, de que dispõe em função do cargo.
- (D) Administração Superior e lhe é permitido, por ser agente político, o exercício de atividade política dentro da repartição pública, podendo suas preferências políticas partidárias interferir nas relações de trabalho, vedada a compra de voto.
- (E) Alta Administração e lhe compete possibilitar à sociedade aferir a lisura do processo decisório governamental, mas lhe é vedado criar mecanismo de consulta destinado a possibilitar o prévio e pronto esclarecimento de dúvidas quanto à conduta ética do administrador.

27

Segundo o Decreto Municipal nº 15.123/2023, sobre os princípios a serem observados pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal de Niterói, analise as afirmativas a seguir.

- I. Desenvolvimento de pessoal: veda a retenção do corpo técnico capacitado e a *expertise* necessária à realização dos objetivos estratégicos, táticos e operacionais.
- II. Alavancagem e adoção de tecnologia da informação: busca a celeridade, a inovação e a resolução de políticas públicas.
- III. Segregação de funções: tem como objetivo uma atuação independente e objetiva.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

28

De acordo com a Lei Municipal nº 3.466/2020 de Niterói, as opções a seguir apresentam objetivos da Política de Promoção de Integridade e *Compliance* da Administração Pública, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Instituir o Plano de Integridade e *Compliance* nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta.
- (B) Assegurar que sejam atendidos, pelas diversas áreas da organização, os requerimentos e as solicitações de órgãos reguladores de controle.
- (C) Proteger a Administração Pública municipal dos atos lesivos que resultem em prejuízos causados por irregularidades, desvios de ética e de condutas e fraudes contratuais.
- (D) Eliminar os riscos inerentes à gestão, provendo maior segurança e transparência em sua execução, e dando início ao processo de responsabilização administrativa e judicial por atos de corrupção.
- (E) Fortalecer o Sistema de Controle Interno, por meio de aprimoramento dos instrumentos de *accountability* e *compliance*, princípios esses correlatos a todos os demais princípios insculpidos no Art. 37, *caput*, da Constituição da República de 1988.

29

A Lei de Acesso à Informação em Niterói (Lei Municipal nº 3.084/2014) dispõe que seja realizada a transparência consistente no dever de o Poder Público promover, independentemente de requerimento, a divulgação em seu sítio oficial, na rede mundial de computadores – Internet, de informações de interesse coletivo ou geral por ele produzida ou custodiada, observado o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Sobre a transparência acima descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) É própria e as informações não poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, mesmo quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.
- (B) É ativa e, na divulgação de informações, devem constar, entre outras, as concernentes a todos os procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais, atas e resultados, bem como todos os contratos celebrados.
- (C) É passiva e, na divulgação de informações, devem constar, entre outros, dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras do Poder Público, sendo facultado constar o contato da autoridade de monitoramento de cada órgão ou entidade.
- (D) É direta e, na divulgação de informações, devem constar, entre outros, registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros, mas não os registros das despesas, diante de sua natureza sigilosa, até que a despesa seja homologada pela Corte de Contas.
- (E) É reativa e, na divulgação de informações, devem constar, entre outras, as nominais de todos os servidores municipais da administração direta e indireta, contendo seu enquadramento funcional, lotação, mas não a remuneração, as diárias, as indenizações e quaisquer outras verbas custeadas com recursos públicos.

30

João é analista de políticas públicas e gestão governamental da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão - SEPLAG – do Município de Niterói.

Consoante o que dispõe a Lei nº 3.305/2017, que trata da criação da Controladoria Geral do Município e do Quadro dos Profissionais de Gestão Governamental, João, pela natureza do cargo que ocupa, possui competência que envolve, entre outras,

- (A) a execução de atividades de controle interno, a correição, a ouvidoria e a promoção da integridade pública, bem como a promoção da gestão pública ética, responsável e transparente, na Administração Direta, mas não Indireta, do Município de Niterói.
- (B) a promoção de auditorias governamentais e de conformidade, com análises em aspectos financeiro, orçamentário, contábil, patrimonial e operacional, podendo, inclusive, apurar atos ou fatos praticados por agentes públicos ou privados na utilização de recursos do Município.
- (C) a realização de ações que não têm natureza de atividade exclusiva de Estado, incumbindo-lhe a realização de estudos e trabalhos técnicos que promovam o incremento da transparência pública, a participação da sociedade civil na prevenção da corrupção e o fortalecimento do controle social.
- (D) a execução de auditorias, fiscalizações, diligências e demais ações de controle e de apoio à gestão, nas suas diversas modalidades, relacionadas à aplicação de recursos públicos, bem como à administração desses recursos, examinando a legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e efetividade dos atos governamentais.
- (E) a atuação nas áreas de planejamento e de orçamento governamentais, na gestão de pessoas, na gestão da tecnologia da informação e de recursos logísticos, na gestão de recursos materiais, do patrimônio, de processos participativos, bem como, na modernização da gestão e na racionalização de processos.

MÓDULO II**DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL****31**

Para maior eficiência no sistema de mobilidade urbana na cidade, o Município de Niterói pretende celebrar um termo de parceria com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público *Alfa*, na temática de estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte.

De acordo com a Lei nº 9.790/1999, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para a falsa.

- () A OSCIP *Alfa*, em tese, pode ser uma cooperativa.
- () A OSCIP *Alfa*, em tese, pode ser uma fundação de direito privado criada por órgão público.
- () A OSCIP *Alfa*, em tese, pode ser uma instituição religiosa.

As afirmativas são, respectivamente

- (A) V – F – F.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) V – V – V.
- (E) F – F – F.

32

De acordo com a Constituição da República de 1988, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).

Sobre as competências do TCU, assinale a afirmativa correta.

- (A) Aprecia as contas prestadas mensalmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.
- (B) Fiscaliza a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios.
- (C) Aplica aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa de até o triplo do dano causado ao erário.
- (D) Encaminha para julgamento perante o Poder Judiciário as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (E) Aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a concessão de aposentadorias, reformas e pensões, bem como as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

33

João, analista de políticas públicas e gestão governamental da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão (SEPLAG) do Município de Niterói, no exercício da função, de forma culposa, praticou ato ilícito que causou danos materiais à administrada Maria.

Maria ajuizou ação indenizatória em face do Município de Niterói e obteve, por sentença que acaba de transitar em julgado, o valor de dez mil reais a título de reparação pelos danos materiais.

No caso em tela, na ação ajuizada por Maria em face do Município de Niterói incidiu a responsabilidade civil

- (A) objetiva, baseada na teoria do risco administrativo, sendo cabível ação regressiva do Município em face de João, com base na responsabilidade civil subjetiva.
- (B) objetiva, baseada na teoria do risco integral, sendo cabível ação regressiva do Município em face de João, com base na responsabilidade civil objetiva.
- (C) objetiva, baseada na teoria do risco integral, sendo incabível ação regressiva do Município em face de João, pois o servidor não atuou dolosamente.
- (D) subjetiva, baseada na teoria do risco administrativo, sendo cabível ação regressiva do Município em face de João, com base na responsabilidade civil subjetiva.
- (E) subjetiva, baseada na teoria do risco integral, sendo cabível ação regressiva do Município em face de João, com base na responsabilidade civil objetiva, pela teoria da dupla garantia.

34

Observe as duas situações a seguir, em que servidores públicos praticam atos administrativos.

- I. O agente público João, analista de políticas públicas e gestão governamental da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão (SEPLAG) do Município de Niterói, no exercício da função, atua fora dos limites de sua competência.
- II. A agente pública Maria, Auditora Municipal de Controle Interno (AMCI) da Controladoria Geral do Município de Niterói, no exercício da função, atua nos limites da competência legalmente definida, mas visando e alcançando uma finalidade diversa daquela que estava prevista inicialmente, afastando-se do interesse público.

Sobre os casos em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) João não agiu com abuso de poder, mas Maria o fez, na modalidade excesso de poder.
- (B) Maria não agiu com abuso de poder, mas João o fez, na modalidade desvio de poder.
- (C) Nenhum deles praticou abuso de poder, pois não exercem cargos típicos de agentes políticos.
- (D) João e Maria agiram com abuso de poder: o analista mediante excesso de poder e, a auditora, mediante desvio de poder.
- (E) João e Maria agiram com abuso de poder: o analista mediante desvio de finalidade e, a Auditora, mediante excesso de poder.

35

Em novembro de 2024, José, Auditor Municipal de Controle Interno (AMCI), da Controladoria Geral do Município de Niterói, no exercício da função, dolosamente, recebeu vantagem econômica, diretamente, consistente em dez mil reais, para omitir ato de ofício e providência a que estava obrigado.

Sobre o ato de improbidade administrativa praticado por José, assinale a afirmativa correta.

- (A) Importou enriquecimento ilícito e está sujeito, entre outras, à sanção de perda da função pública.
- (B) Atentou contra os princípios da Administração Pública e está sujeito, entre outras, à sanção de suspensão dos direitos políticos até 12 anos.
- (C) Atentou contra os princípios da Administração Pública e está sujeito, entre outras, à sanção de pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e à proibição de contratar com o poder público.
- (D) Causou prejuízo ao erário e está sujeito, entre outras, à sanção de proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 8 anos.
- (E) Importou enriquecimento ilícito e está sujeito, entre outras, à sanção de proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 anos.

36

Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do Direito Público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável.

Sobre tal compromisso, segundo o Decreto-Lei nº 4.657/1942, assinale a afirmativa correta.

- (A) Buscará solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais.
- (B) Produzirá efeitos a partir da assinatura do negócio jurídico, independentemente de sua publicação oficial.
- (C) Poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral.
- (D) Denominar-se-á transação penal e terá uma cláusula obrigatória de confissão do ilícito e outra de previsão de multa.
- (E) Deverá prever com clareza as obrigações das partes e o prazo para seu cumprimento, mas não as sanções aplicáveis em caso de descumprimento, pela reserva de lei em matéria de direito sancionador.

37

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado em algumas hipóteses, como nas elencadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.
- (B) Para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.
- (C) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, mas não em processo administrativo ou arbitral.
- (D) Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.
- (E) Pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições legais.

38

Em tema de licitações, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, o planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e, entre outros, deverá observar

- (A) o processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente.
- (B) as condições de aquisição e pagamento que não sejam semelhantes às do setor privado.
- (C) as condições de guarda e armazenamento mais econômicas, ainda que permitam a deterioração do material.
- (D) o atendimento ao princípio da vedação ao parcelamento, ainda que seja tecnicamente viável e economicamente vantajoso.
- (E) a determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, vedado o fornecimento contínuo.

39

O Prefeito do Município *Beta* deu ao seu chefe de gabinete a incumbência de realizar estudos a respeito da possibilidade de ser apresentado projeto de lei à Câmara Municipal dispondo que os servidores que exercessem funções de confiança pelo lapso temporal de oito anos consecutivos teriam o direito de continuar a receber o respectivo valor, mesmo após a sua exoneração, juntamente com a contraprestação pecuniária relativa ao cargo.

A respeito da medida alvitrada pelo Prefeito Municipal, segundo a Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) É vedada apenas em relação ao exercício da função de confiança, mas é admitida em relação ao exercício de cargo em comissão.
- (B) Somente é admitida caso haja contribuição, incidente sobre o respectivo valor, para o regime próprio de previdência social mantido pelo respectivo ente federativo.
- (C) É vedada, não sendo admitida em relação a qualquer vantagem de caráter temporário ou vinculada ao exercício de função de confiança ou cargo em comissão.
- (D) É expressamente admitida pela ordem constitucional, o que decorre do princípio da segurança jurídica, mas pressupõe o exercício da função de confiança por dez anos consecutivos.
- (E) Somente é admitida em relação ao recebimento de vantagem de caráter temporário pelo ocupante de cargo efetivo, não pelo desempenho de função de confiança ou de cargo em comissão, cujos ocupantes são demissíveis *ad nutum*.

40

O Estado *Alfa*, com o objetivo de contribuir para o fluxo financeiro em seu território e estimular investimentos, editou a Lei nº X.

De acordo com esse diploma normativo, a unidade estadual de valor adicionado (UEVA) seria individualizada a partir do montante de créditos a que a Fazenda Pública Estadual faz jus, de natureza tributária ou contratual, tendo como atributos a circularidade e o curso forçado no território estadual. O resgate de UEVAs, a partir de solicitação do respectivo beneficiário, deve ser realizado, pelo Tesouro Estadual, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Apesar de a edição da Lei nº X ter sido muito comemorada pelos distintos setores econômicos do Estado *Alfa*, o diretório estadual do Partido Político Sigma, de oposição ao governo estadual, criticou-a duramente, tendo solicitado que sua assessoria analisasse se *Alfa* tem competência para legislar sobre a matéria.

Foi corretamente esclarecido pela assessoria, que a temática versa sobre

- (A) comércio estadual, de competência legislativa privativa da União, logo, a Lei nº X é inconstitucional.
- (B) sistema monetário, de competência legislativa privativa da União, logo, a Lei nº X é inconstitucional.
- (C) direito econômico, de competência legislativa concorrente entre a União e os Estados, logo, a Lei nº X é constitucional.
- (D) direito empresarial, de competência legislativa concorrente entre a União e os Estados, logo, a Lei nº X é constitucional.
- (E) política de integração entre os setores econômicos e estímulo à produção, de competência legislativa comum entre os Estados e a União, logo, a Lei nº X é constitucional.

41

Em uma investigação criminal conduzida pelo Promotor de Justiça da Comarca *Alfa*, foram requisitadas informações ao Secretário Municipal de Urbanismo do Município *Beta* a respeito dos alvarás de construção expedidos por esta estrutura orgânica nos dois últimos exercícios, em empreendimentos nos quais a sociedade empresária X figurava como construtora ou incorporadora.

Ao receber a requisição, o Secretário concluiu corretamente, à luz da sistemática constitucional, que o Promotor de Justiça

- (A) não pode conduzir investigações criminais.
- (B) pode ter acesso às informações requisitadas, desde que haja prévia autorização judicial.
- (C) pode conduzir as investigações e ter acesso às informações requisitadas, considerando o seu caráter público.
- (D) não pode ter acesso às informações requisitadas, por dizerem respeito a agentes privados, sendo cobertas pelo sigilo.
- (E) apenas pode usar essas informações caso algum órgão de *Beta* identifique a possível prática de ilícito e as encaminhe.

42

Os Partidos Políticos *Alfa*, *Beta* e *Gama*, que apresentavam linhas ideológicas similares, decidiram iniciar estudos com o objetivo de celebrar um ajuste que permitisse a união das legendas e a apresentação de candidatos conjuntos para as eleições majoritárias e proporcionais a serem realizadas no ano seguinte. Além disso, almejaram formar uma estrutura de campanha que estimulasse as candidaturas do sexo feminino.

Sobre o ajuste cogitado, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) É vedada a celebração do ajuste cogitado.
- (B) O ajuste a ser celebrado formará uma coligação.
- (C) O estímulo de candidaturas do sexo feminino afrontaria a isonomia entre os candidatos em potencial.
- (D) O ajuste deve observar as restrições constitucionais, não podendo assumir a amplitude desejada, mas há previsão expressa de tratamento diferenciado para as mulheres.
- (E) Há liberdade dos partidos políticos ou do ente que venham a formar para definir o percentual de recursos, do fundo destinado à campanha, a ser direcionado às candidatas.

43

A respeito do ato normativo editado pelo Estado *Alfa* que disciplinou as competências do Tribunal de Contas do respectivo ente federativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. Estatuiu que constatada ilegalidade em algum feito, deve ser assinado prazo para a sua correção.
- II. Estatuiu que a sustação de contratos administrativos deve ser sucedida de comunicação à Assembleia Legislativa.
- III. Estatuiu que a alteração do ato de aposentação, por ocasião da análise de sua legalidade para fins de registro, deve ser antecedida de observância das garantias do contraditório e da ampla defesa.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República e a simetria que deve ser observada na organização do Tribunal de Contas do Estado *Alfa*, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

44

No último exercício financeiro, na elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo do Município *Alfa*, foi solicitado à secretaria competente que discriminasse os recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde.

O Secretário Municipal de Saúde, ao receber a solicitação, reuniu sua equipe e explicou corretamente, na perspectiva constitucional, que esses recursos devem ser calculados

- (A) tomando por base exclusivamente o produto da arrecadação dos impostos instituídos e arrecadados pelo Município *Alfa*.
- (B) com observância do percentual estabelecido pela ordem constitucional, que incidirá sobre a base de cálculo estabelecida em lei complementar federal.
- (C) considerando a divisão paritária, entre os níveis de governo federal, estadual e municipal, de modo a assegurar o equilíbrio econômico e a continuidade do Sistema Único de Saúde.
- (D) tomando por base exclusivamente a arrecadação dos impostos da União e do Estado em que *Alfa* está situado, repartido com o Município ou com o Fundo de Participação Municipal.
- (E) sobre a arrecadação dos impostos de competência municipal e sobre os valores repartidos com *Alfa* e recebidos do Fundo de Participação Municipal, utilizando o percentual definido em lei complementar.

45

Maria, que por décadas ocupou emprego público em um ente da administração pública indireta do Poder Executivo do Município *Alfa*, estando vinculada ao regime próprio de previdência social mantido pelo respectivo ente federativo, preencheu os requisitos de tempo de contribuição e idade para a aposentadoria voluntária.

Ao formular o requerimento de aposentadoria voluntária, foi informada pelo Departamento de Recursos Humanos que, uma vez deferido o benefício previdenciário, haveria rompimento do vínculo com o ente da administração pública indireta.

Depois de analisar a sistemática constitucional, Maria concluiu corretamente que a cessação do vínculo

- (A) é consequência do fato de utilizar tempo de contribuição decorrente do emprego público.
- (B) ocorre somente em relação aos ocupantes de cargo público, não alcançando o emprego público.
- (C) pressupõe que o valor do seu benefício previdenciário seja complementado pelo Município *Alfa*.
- (D) pressupõe que ela tenha contado, como tempo de contribuição, algum período vinculado ao regime geral de previdência social.
- (E) embora alcance os ocupantes de emprego público, não é aplicável aos entes federativos que contem com regime próprio de previdência social.

46

Maria, brasileira nata, e Joana, brasileira naturalizada, formaram uma união estável e passaram a residir no país X. Após mais de uma década sem retornar ao território brasileiro, decidiram obter a nacionalidade do país X, o que foi deferido. Alguns anos depois, em razão das contingências da vida, decidiram retornar ao Brasil e exercer determinado direito privativo de brasileiros.

Em relação à Maria e à Joana, considerando os balizamentos estabelecidos pela sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ao obterem a nacionalidade do país X, perderam a nacionalidade brasileira, logo, não podem exercer o referido direito.
- (B) Apenas Joana, ao obter a nacionalidade do país X, perdeu a nacionalidade brasileira, logo, não pode exercer o referido direito.
- (C) A nacionalidade brasileira é irrenunciável, logo, Maria e Joana não poderiam perdê-la, indicativo de que podem exercer o referido direito.
- (D) Apesar de terem obtido a nacionalidade do país X, Maria e Joana apenas perderão a nacionalidade brasileira após o trânsito em julgado da sentença proferida em processo próprio.
- (E) O fato de terem obtido a nacionalidade do país X, ainda que o objetivo não tenha sido o exercício de direitos civis, não acarreta a perda da nacionalidade brasileira, logo, podem exercer o referido direito.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

47

Os princípios orçamentários visam estabelecer regras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

MTO, 2024, pg.16.

Sobre essas regras básicas, relacione os itens a seguir às suas respectivas explicações.

1. Princípio da Totalidade.
 2. Princípio da Universalidade.
 3. Princípio da Exclusividade
- () A LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
 - () Uma única LOA em cada exercício financeiro, dentro de cada nível federativo.
 - () À exceção da autorização para abertura de créditos suplementares e da contratação de operações de crédito, a LOA deve incorporar apenas a receita prevista e a despesa fixada.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 3 – 1 – 2.
- (B) 2 – 3 – 1.
- (C) 2 – 1 – 3.
- (D) 1 – 3 – 2.
- (E) 3 – 2 – 1.

48

Considera-se, em sentido amplo, receitas públicas como os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, que se desdobram em receitas orçamentárias e ingressos extraorçamentários. Já em sentido estrito, apenas as receitas orçamentárias são consideradas receitas públicas.

Desse modo, em sentido estrito, **não** são receitas públicas:

- (A) as receitas de impostos.
- (B) as receitas agropecuárias.
- (C) as receitas patrimoniais.
- (D) as operações de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO).
- (E) as receitas de contribuições de melhoria.

49

A seção II do Capítulo II da Lei Complementar nº 101/2000 trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias cujo projeto engloba, em cada exercício, as normas e as metas anuais apresentadas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O equilíbrio entre receitas e despesas.
- (B) As normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- (C) As condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- (D) As metas anuais relativas às receitas e despesas, aos resultados nominal e primário e o montante da dívida pública, para o mandato do gestor público.
- (E) A avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

50

Com relação ao orçamento público e ao processo orçamentário, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O ciclo orçamentário é o processo contínuo, dinâmico e flexível, por meio do qual as instâncias planejam, elaboram, aprovam, executam, controlam e avaliam a programação de despesas do setor público.
- () O ciclo orçamentário não se confunde com o conceito de exercício financeiro. Enquanto este “coincide com o ano civil”, o ciclo orçamentário abrange um período maior que o exercício financeiro.
- () São etapas do ciclo orçamentário: elaboração e apresentação; autorização legislativa; programação e controle; avaliação e execução.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – V – V.
- (E) F – V – V.

51

No Brasil, a evolução e a idealização do orçamento moderno estão representadas principalmente na diferença do chamado Orçamento-Programa vis-à-vis o Orçamento Tradicional.

Nessa linha, associe os dois conceitos às afirmações listadas a seguir.

1. Orçamento Tradicional.

2. Orçamento-Programa.

- () Planejamento e orçamento são tratados em conjunto.
 () Planejamento e orçamento são tratados separadamente.
 () Foca em objetivos e metas.
 () Controle com foco na eficiência, eficácia e efetividade.
 () Ênfase nos aspectos contábeis.

Assinale a opção que apresenta a associação correta.

- (A) 1 – 2 – 2 – 1 – 2.
 (B) 2 – 1 – 1 – 2 – 2.
 (C) 2 – 1 – 2 – 2 – 1.
 (D) 2 – 2 – 1 – 2 – 2.
 (E) 1 – 1 – 2 – 1 – 2.

52

O Secretário de Finanças de Município *Alfa* deseja criar um painel de indicadores para o controle dos gastos públicos.

Assim sendo, ele estabeleceu como critério metodológico que tais indicadores sejam desenvolvidos de forma a minimizar o risco de subestimação nas rubricas de gastos quando as metas forem comparadas com os resultados verificados no final do exercício corrente.

Diante do exposto, o painel de indicadores estimados e definidos como metas deve estar baseado no histórico e na estimativa das despesas

- (A) efetivamente pagas.
 (B) liquidadas.
 (C) empenhadas.
 (D) médias, entre empenhadas e liquidadas.
 (E) em 54% com pessoal.

53

Em relação aos Restos a Pagar nas demonstrações de uma entidade pública, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Restos a Pagar são despesas empenhadas, mas não pagas dentro do exercício financeiro, ou seja, até 31 de dezembro, sendo classificadas em processadas e não processadas.
 () os Restos a Pagar são aqueles com prescrição interrompida, assim entendidos aqueles cuja inscrição tenha sido cancelada, mas, dentro do prazo de cinco anos a partir de sua inscrição, tenha sido reconhecido o direito do credor.
 () Restos a Pagar são compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, cuja obrigação de pagamento tenha sido criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do credor após o encerramento do exercício.
 () No encerramento do exercício, a parcela da despesa orçamentária que se encontrar em qualquer fase de execução posterior à emissão do empenho e anterior ao pagamento será considerada Restos a Pagar.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F – V.
 (B) V – V – F – F.
 (C) V – F – V – F.
 (D) F – F – V – F.
 (E) V – F – V – V.

54

Assinale a opção que indica o Princípio Orçamentário, previsto no Art. 165, § 8º, da Constituição da República, que estabelece que a LOA não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. (*Ressalvam-se dessa proibição, a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO), nos termos da lei*)

- (A) Princípio do Orçamento Bruto.
 (B) Princípio da Uniformidade.
 (C) Princípio do Equilíbrio.
 (D) Princípio da Anualidade.
 (E) Princípio da Exclusividade.

55

Analisando os relatórios de gestão e execução de determinada Prefeitura, o analista verificou que há 10 milhões de reais em despesas autorizadas que ocorreram em exercícios anteriores e que precisam ser pagas no exercício corrente, bem como há, ainda, 8 milhões em despesas cujo registro não foi feito, nem foi reservada dotação orçamentária à época, mas que devem ser pagas no exercício atual.

Nesse contexto, a Prefeitura tem

- (A) R\$ 18 milhões em Restos a Pagar no exercício corrente.
 (B) R\$ 18 milhões inscritos em Dívida Ativa no exercício corrente.
 (C) R\$ 10 milhões em Despesas de Exercícios Anteriores e R\$ 8 milhões em Restos a Pagar.
 (D) R\$ 8 milhões em Despesas de Exercícios Anteriores e R\$ 10 milhões em Restos a Pagar.
 (E) R\$ 18 milhões em Despesas de Exercícios Anteriores.

56

Em se tratando das Emendas Parlamentares e sua relação com os instrumentos de Elaboração e Planejamento do Orçamento, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A emenda ao orçamento que propõe acréscimo ou inclusão de dotações só poderá ser aprovada se estiver compatível com o Plano Plurianual (PPA).
 (B) A emenda ao orçamento que propõe acréscimo ou inclusão de dotações só poderá ser aprovada se estiver compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
 (C) A emenda ao orçamento que propõe acréscimo ou inclusão de dotações deverá indicar os recursos necessários, admitidos, por exemplo, os provenientes de anulação de despesas de pessoal e seus encargos.
 (D) A emenda ao orçamento que propõe acréscimo ou inclusão de dotações deverá indicar os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidem em serviço da dívida.
 (E) A emenda ao orçamento que propõe acréscimo ou inclusão de dotações deverá indicar os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidem em transferências tributárias constitucionais para estados, municípios e o Distrito Federal.

57

Considerando o Orçamento Geral da União, sabe-se que há a possibilidade de os parlamentares realizarem propostas, por meio das quais influenciam a alocação de recursos públicos em função de, por exemplo, compromissos políticos que assumiram durante seu mandato.

O texto refere-se às

- (A) Emendas do Relator.
- (B) Emendas Parlamentares Individuais.
- (C) Emendas Parlamentares de Bancada.
- (D) Emendas Parlamentares ao Orçamento.
- (E) Propostas Orçamentárias Anuais (POAs).

58

A classificação da receita orçamentária, a exemplo do que ocorre na despesa, é de utilização obrigatória por todos os entes da Federação, sendo facultado o seu desdobramento para atendimento das respectivas necessidades dos entes.

Nesse sentido, com relação aos critérios de classificação, analise as afirmativas a seguir.

- I. Quanto à categoria econômica, as receitas orçamentárias são classificadas em Receitas Correntes e Receitas de Capital. A primeira causa efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e a segunda não.
- II. A classificação quanto à origem implica o detalhamento das categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital, com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.
- III. Os recursos financeiros oriundos da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos junto a entidades públicas ou privadas, internas ou externas é classificado como receita corrente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

CONTROLE E GESTÃO PÚBLICA

59

Os sistemas de controle jurisdicional da Administração Pública referem-se aos mecanismos pelos quais o poder judiciário exerce supervisão sobre a atuação da Administração Pública, garantindo que suas ações estejam em conformidade com a Lei e a Constituição. Esses controles são fundamentais para assegurar a legalidade, a moralidade, a eficiência e a transparência na gestão dos recursos públicos e no cumprimento das finalidades do Estado. O controle jurisdicional é atribuído ao Poder Judiciário.

Assinale a opção que apresenta a característica dessa função.

- (A) Decisões normativas.
- (B) Sentenças vinculantes.
- (C) Ação por provocação.
- (D) Controle especializado.
- (E) Natureza sancionatória.

60

Assinale a opção que indica a forma como o Sistema de Controle Interno Governamental de Niterói é exercido.

- (A) Colegiada.
- (B) Específica.
- (C) Integrada.
- (D) Obrigatória.
- (E) Temporária.

61

O controle exercido pelos Tribunais de Contas é um dos principais mecanismos de controle externo da Administração Pública. Ele visa garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente, legal e transparente, em conformidade com as leis e normas vigentes.

Os Tribunais de Contas têm competência para fiscalizar a gestão pública sob os aspectos financeiro, operacional e patrimonial.

Relacione os aspectos fiscalizados listados a seguir aos seus significados.

- I. Financeiro.
- II. Operacional.
- III. Patrimonial.
- () Fiscaliza a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos públicos.
- () Avalia a conformidade das receitas e despesas com as normas legais.
- () Acompanha a gestão dos bens públicos, garantindo que os bens do Estado sejam bem administrados.

Assinale a opção que indica a correspondência correta.

- (A) II – III – I.
- (B) I – III – II.
- (C) I – II – III.
- (D) II – I – III.
- (E) III – I – II.

62

Existem três principais espécies de controle que se aplicam à atividade financeira do Estado: controle social, controle interno e controle externo.

Relacione os termos abaixo, às suas respectivas definições.

- I. Controle Social.
- II. Controle Interno.
- III. Controle Externo.
- () É realizado dentro da própria administração pública e visa garantir que os procedimentos administrativos, financeiros e orçamentários sejam observados de acordo com as leis e regulamentos.
- () É exercido por órgãos que são independentes da administração direta, sendo geralmente vinculado ao Poder Legislativo, com o apoio técnico dos Tribunais de Contas.
- () É exercido pelos cidadãos, que participam do processo de fiscalização e controle da gestão financeira e orçamentária por meio de mecanismos de transparência e participação.

Assinale a opção que indica, segundo a ordem apresentada, a correspondência correta.

- (A) II – III – I.
- (B) II – I – III.
- (C) I – II – III.
- (D) I – III – II.
- (E) III – I – II.

63

Assinale a opção que indica o órgão com competência constitucional para examinar as contas do Presidente da República e julgar a sua regularidade.

- (A) Congresso Nacional.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Tribunal de Contas da União.

64

O controle parlamentar está fundamentado no princípio da separação dos poderes. No entanto, essa separação não é absoluta, e os poderes interagem entre si, exercendo mecanismos de controle mútuo (freios e contrapesos).

Quanto ao controle parlamentar, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O Legislativo tem a função de fiscalizar o Executivo, principalmente no que diz respeito à execução orçamentária e à formulação de políticas públicas.
- () O Poder Legislativo tem a prerrogativa de discutir, modificar e aprovar as leis orçamentárias propostas pelo Executivo, como a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).
- () O Parlamento pode processar e julgar o presidente, por crimes comuns. Se condenado, esse governante pode ser destituído do cargo.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

65

Um município realizou uma licitação para a construção de uma nova escola. Durante a execução do contrato, surgiram denúncias de superfaturamento e má qualidade na obra. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) realizou uma auditoria e pediu esclarecimentos ao gestor responsável.

Com base na situação apresentada, assinale a opção que melhor exemplifica a aplicação do conceito de *accountability* na Administração Pública.

- (A) O TCE ignora as denúncias, considerando-as sem fundamento.
- (B) O gestor decide não responder ao TCE, alegando que a obra está dentro dos padrões de qualidade.
- (C) A empresa responsável pela construção da escola recusa-se a prestar contas sobre os materiais usados na obra.
- (D) O Prefeito decide suspender o contrato da obra sem consultar o TCE e sem fornecer explicações à população.
- (E) O gestor publica o relatório de execução da obra, apresenta razões de defesa quanto às irregularidades ao TCE (que as aceita) e corrige os erros identificados.

66

A Lei nº 14.230/2021 alterou a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), introduzindo mudanças significativas nas regras para a responsabilização de agentes públicos e terceiros.

A nova lei, para a caracterização de atos de improbidade administrativa, exige a comprovação de

- (A) dolo.
- (B) erro.
- (C) culpa.
- (D) coautoria.
- (E) motivação.

67

O Município de Cidade Jardim implementou uma iniciativa de governo aberto com o objetivo de promover a transparência, a participação cidadã e a responsabilidade na gestão pública.

Assim, a administração municipal decidiu lançar um portal de transparência, realizar audiências públicas regulares e publicar relatórios de desempenho para garantir que os cidadãos tivessem acesso à informação e pudessem influenciar as decisões governamentais.

Relacione os termos a seguir aos seus respectivos objetivos.

- I. Audiências Públicas.
- II. Portal da Transparência.
- III. Relatórios de Desempenho.
- () Facilitar o acesso à informação e permitir que os cidadãos monitorem como os recursos públicos estão sendo utilizados.
- () Promover a participação cidadã na tomada de decisões e garantir que as vozes da comunidade sejam ouvidas.
- () Aumentar a *accountability*, permitindo que a população avalie a performance da Administração Pública.

Assinale a opção que indica, segundo a ordem apresentada, a correspondência correta.

- (A) II – III – I.
- (B) II – I – III.
- (C) I – II – III.
- (D) I – III – II.
- (E) III – I – II.

68

A Lei nº 13.460/2017 estabeleceu normas gerais sobre a participação da sociedade na Administração Pública, além de dispor sobre os direitos dos usuários dos serviços públicos.

Quanto à Lei nº 13.460/2017, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para falsa.

- () Os usuários têm o direito de exigir a qualidade e eficiência nos serviços públicos prestados, porém fica vedado reclamar e receber respostas adequadas às suas manifestações.
- () Os usuários têm o direito de receber informações claras, precisas e em linguagem acessível sobre os serviços públicos prestados, seus direitos e deveres, e a forma de acessar esses serviços.
- () Os cidadãos têm o direito de participar da formulação, execução e avaliação de políticas públicas e serviços oferecidos pela administração pública, através de conselhos, audiências públicas e outros mecanismos de participação.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

69

A Secretaria Municipal de Saúde da cidade de Fraudópolis enfrentou um problema de baixa eficiência na gestão de recursos destinados aos programas de saúde preventiva.

Durante uma auditoria interna, foi identificado que houve uma má aplicação de recursos em um programa de vacinação. Os materiais de vacinação adquiridos estavam sendo armazenados de forma inadequada, comprometendo a eficácia das vacinas e resultando em um desperdício significativo.

Sobre as medidas que o auditor deve sugerir para a situação narrada, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- I. Interdição do Estoque: o estoque de vacinas deve ser imediatamente interditado para evitar o uso das vacinas comprometidas.
- II. Comunicação: os fatos devem ser informados às autoridades competentes e à população, garantindo a transparência.
- III. Investigação Interna: criar uma comissão interna para investigar os responsáveis pela má gestão do estoque e identificar as causas do problema.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) F – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) V – V – V.

70

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) estabelece normas para garantir o direito de acesso à informação pública no Brasil, promovendo a transparência e a *accountability* na Administração Pública. A lei assegura que qualquer cidadão pode solicitar informações aos órgãos e às entidades do poder público, que têm a obrigação de fornecer dados de forma clara e em prazo determinado, salvo exceções previstas na lei.

A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, deverá ser classificada como

- (A) limitada, proibida ou acessível.
- (B) aberta, limitada ou bloqueada.
- (C) fechada, secreta ou inacessível.
- (D) reservada, secreta ou ultrassecreta.
- (E) sigilosa, de segurança nacional ou especial.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

71

A estratégia está correlacionada à definição do conjunto de produtos e serviços *versus* segmentos de mercados proposto pela empresa em dado momento.

O tipo de estratégia, em que a sociedade empresária procura dominar o segmento de mercado em que atua, concentrando seus esforços e recursos em preservar algumas vantagens competitivas, é denominado

- (A) nicho.
- (B) inovação.
- (C) sobrevivência.
- (D) especialização.
- (E) desinvestimento.

72

Os Princípios Básicos da Administração Pública guiam as ações do setor público, garantindo transparência, ética e qualidade nos serviços prestados à sociedade.

Assinale a alternativa que apresenta a definição do *princípio da impessoalidade*.

- (A) A Administração Pública deve priorizar interesses pessoais em suas ações.
- (B) A Administração Pública deve atuar conforme interesses individuais.
- (C) A Administração Pública deve considerar as vontades pessoais dos gestores públicos.
- (D) As decisões administrativas podem beneficiar indivíduos específicos, desde que justificadas.
- (E) A Administração Pública deve agir em benefício do interesse público, sem favorecimentos a pessoas determinadas.

73

O processo organizacional integra planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação, garantindo que os recursos e os esforços da organização sejam alinhados de forma eficiente para alcançar seus objetivos estratégicos.

Sobre os diferentes tipos de planejamento, analise as afirmativas a seguir.

- I. O planejamento conservador está voltado para a estabilidade e para a manutenção da situação existente.
- II. O planejamento otimizante está voltado para a adaptabilidade e a inovação da organização.
- III. O planejamento adaptativo está voltado para as contingências e para o futuro da organização.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

74

Gestão de projetos é o processo de tomar e implementar decisões para escolher, planejar, executar, controlar e encerrar o projeto.

Assinale a opção que apresenta a diferença entre a gestão do portfólio de projetos e a gestão operacional de projetos.

- (A) A gestão do portfólio foca em fazer e entregar projetos, enquanto a gestão operacional escolhe quais projetos realizar.
- (B) A gestão do portfólio não envolve critérios de avaliação, enquanto a gestão operacional utiliza várias ferramentas para execução.
- (C) A gestão do portfólio concentra-se em planejamento, enquanto a gestão operacional concentra-se apenas em controle.
- (D) A gestão do portfólio busca a execução eficiente dos projetos, enquanto a gestão operacional decide quais projetos são os melhores.
- (E) A gestão do portfólio envolve a seleção e a alocação de recursos para projetos, enquanto a gestão operacional busca a execução eficiente dos projetos individuais.

75

A Gestão da Qualidade é o caminho para a excelência nos serviços públicos, garantindo a eficiência, a transparência e a satisfação das necessidades da sociedade.

Assinale a opção que apresenta o conceito de *empowerment* ou empoderamento das pessoas, dentro da Gestão da Qualidade.

- (A) A redução do número de servidores para diminuir custos.
- (B) A centralização das decisões importantes nas mãos dos gestores.
- (C) A eliminação de qualquer necessidade de supervisão nas equipes.
- (D) O treinamento dos servidores exclusivamente para seguir normas rígidas.
- (E) A atribuição de habilidades e autoridade aos servidores para tomarem decisões de forma autônoma.

76

O PDCA é uma ferramenta contínua de melhoria de processos que visa garantir ajustes e aprimoramentos constantes para alcançar resultados mais eficazes.

Assinale a opção que apresenta um princípio para a produtividade gerencial no PDCA.

- (A) É fundamental ensinar e instituir lideranças para conduzir as pessoas na produção.
- (B) A prática de fazer negócios deve estar baseada no menor preço, visando à competitividade no mercado.
- (C) A alta direção não precisa se envolver diretamente com o programa de melhoria, devendo focar apenas nos resultados.
- (D) A criação de barreiras funcionais entre departamentos é necessária para manter a especialização e a eficiência das equipes.
- (E) A confiança e a autonomia individual são secundárias no processo de melhoria contínua, devendo-se priorizar o controle rigoroso de processos.

77

O *Balanced Scorecard* (BSC) é um método de administração focado no equilíbrio organizacional.

Assinale a opção que apresenta as quatro perspectivas básicas do BSC.

- (A) Fornecedores, clientes, sustentabilidade e inovação.
- (B) Orçamento, fornecedores, processos internos e satisfação.
- (C) Finanças, clientes, processos internos e qualidade do produto.
- (D) Finanças, clientes, processos internos e aprendizagem organizacional.
- (E) Orçamento, clientes, processos internos e crescimento organizacional.

78

As teorias de liderança abordam diferentes abordagens e estilos que influenciam a maneira como os líderes motivam suas equipes.

Assinale a opção que apresenta a teoria de liderança que sustenta que a eficácia da orientação de um líder depende tanto dos seguidores quanto da situação.

- (A) Teoria do Caminho-Objetivo.
- (B) Teoria da Liderança Revisitada.
- (C) Modelo Contingencial de Fiedler.
- (D) Árvore de Decisão de Vroom-Yetton.
- (E) Modelo Integrado de Liderança Plenamente Articulado.

79

A Metodologia DOMP™ é fundamental para a gestão de processos, pois apresenta um *framework* estruturado que se inicia com o mapeamento e a análise crítica dos processos, o que permite identificar as ineficiências.

Assinale a alternativa que apresenta o propósito da Metodologia DOMP™.

- (A) Desenvolver *softwares* específicos para a gestão de processos de negócio.
- (B) Criar padrões internacionais para certificação de processos de negócio.
- (C) Realizar auditorias financeiras em processos de negócio de diferentes setores.
- (D) Prover o treinamento e a capacitação exclusiva para usuários de *software* de BPM.
- (E) Oferecer um conjunto de diretrizes, formulários e regras para mapear e gerenciar processos de negócio.

80

A motivação é a energia que uma pessoa está disposta a investir em uma tarefa, impulsionando seu engajamento e comprometimento com os objetivos a serem alcançados.

Assinale a opção que apresenta o conceito que mede a satisfação que a pessoa espera receber por determinado resultado.

- (A) Valência.
- (B) Expectativa.
- (C) Desejo de realizar.
- (D) Instrumentalidade.
- (E) Percepção do papel.

QUESTÃO DISCURSIVA 1

A integração entre os instrumentos de planejamento orçamentário – Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – é essencial para que a gestão pública alcance uma atuação coordenada e focada em resultados. Esses instrumentos, quando articulados, permitem que o governo alinhe suas ações de curto, médio e longo prazo, estabelecendo prioridades e assegurando que as metas definidas sejam financiadas e executadas de forma eficiente e eficaz.

Com essa coordenação, evita-se a dispersão de recursos e reforça-se o compromisso com a transparência e a sustentabilidade fiscal, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados em benefício real da população e em conformidade com as demandas sociais.

Assim, defina e apresente os principais objetivos do(a)

- A) Plano Plurianual de Investimentos (PPA).**
- B) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).**
- C) Lei de Orçamento Anual (LOA).**

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

QUESTÃO DISCURSIVA 2

Leia o fragmento a seguir.

O *Controle Interno da Gestão Pública* é essencial para garantir uma atuação eficaz dos gestores e assegurar o uso responsável dos recursos públicos. A Administração Pública tem evoluído continuamente, passando por reformas que a modernizaram e incorporando novos conceitos orientados para a obtenção de resultados. Espera-se que os gestores públicos, como representantes da sociedade, tenham uma visão abrangente de que a função do Estado é atender às demandas sociais, utilizando os recursos de forma eficiente, eficaz e efetiva para alcançar resultados positivos.

A partir do fragmento, mostre como a sólida estrutura e o bom funcionamento de um Órgão Central de Controle Interno criam condições para uma gestão pública municipal eficaz, eficiente e efetiva.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

